

**ENTRE A ESCOLA E A
FAMÍLIA: O PAPEL DA
GESTÃO ESCOLAR NA
CONSTRUÇÃO DE UMA
CULTURA INCLUSIVA PARA
ESTUDANTES COM
TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

**BETWEEN SCHOOL AND FAMILY: THE ROLE OF SCHOOL MANAGEMENT IN
BUILDING AN INCLUSIVE CULTURE FOR STUDENTS WITH AUTISM
SPECTRUM DISORDER (ASD)**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 10/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/778210966](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/778210966)

Irinaldo Carlos de Oliveira¹

Ioneide Pereira da Silva²

Garrolici de Fatima Peixoto de Alvarenga³

Francineide Ferreira de Sousa⁴

RESUMO

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar exige uma atuação sensível, planejada e colaborativa entre gestão escolar, professores, família e comunidade educativa. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o papel da gestão escolar na construção de uma cultura inclusiva para estudantes com TEA, considerando a relação entre escola e família como elemento fundamental para o fortalecimento das práticas pedagógicas, do acolhimento e da participação efetiva desses estudantes no ambiente escolar. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender como a escola pode superar práticas excludentes e construir ações mais humanas, democráticas e comprometidas com o direito à aprendizagem, à convivência e ao pertencimento dos estudantes com TEA. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentada na análise de artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos legais relacionados à educação inclusiva, à gestão escolar, ao TEA e à relação entre escola e família. Os resultados apontaram que a gestão escolar possui papel central na organização de práticas inclusivas, na promoção da formação continuada, no apoio aos professores e no fortalecimento do diálogo com as famílias. Conclui-se que a construção de uma cultura inclusiva depende de uma gestão comprometida com a escuta, o planejamento, a corresponsabilidade e o reconhecimento das singularidades dos estudantes com TEA.

Palavras-chave: Gestão escolar; Transtorno do Espectro Autista; Inclusão escolar.

ABSTRACT

The inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the school environment requires sensitive, planned, and

collaborative action among school management, teachers, families, and the educational community. In this context, the general objective of this study is to analyze the role of school management in building an inclusive culture for students with ASD, considering the relationship between school and family as a fundamental element for strengthening pedagogical practices, welcoming actions, and the effective participation of these students in the school environment. The choice of this theme is justified by the need to understand how schools can overcome exclusionary practices and build more humane, democratic actions committed to students' right to learning, coexistence, and belonging. The methodology used was bibliographic research, with a qualitative approach and descriptive nature, based on the analysis of scientific articles, books, dissertations, theses, and legal documents related to inclusive education, school management, ASD, and the relationship between school and family. The results showed that school management plays a central role in organizing inclusive practices, promoting continuing education, supporting teachers, and strengthening dialogue with families. It is concluded that the construction of an inclusive culture depends on management committed to listening, planning, co-responsibility, and recognizing the singularities of students with ASD.

Keywords: School management; Autism Spectrum Disorder; School inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar tem se tornado uma discussão cada vez mais necessária no campo educacional, especialmente porque a escola é um dos principais espaços de convivência, aprendizagem,

socialização e desenvolvimento humano. Pensar a inclusão desses estudantes é compreender que o direito à educação não se limita à matrícula, mas envolve acolhimento, participação, respeito às singularidades e criação de condições reais para que cada aluno possa aprender de acordo com suas possibilidades. Nesse sentido, o tema “Entre a escola e a família: o papel da gestão escolar na construção de uma cultura inclusiva para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)” busca refletir sobre a importância de uma escola que reconheça a diversidade e construa práticas mais humanas, democráticas e participativas.

A presença de estudantes com TEA nas escolas exige uma reorganização das práticas pedagógicas, das relações institucionais e das formas de comunicação entre os sujeitos envolvidos no processo educativo. Isso porque o TEA pode envolver diferentes modos de interação social, comunicação, comportamento e aprendizagem, fazendo com que cada estudante apresente necessidades, ritmos e potencialidades próprias. Diante dessa realidade, a escola precisa superar práticas padronizadas e assumir uma postura sensível, flexível e colaborativa, capaz de acolher as diferenças sem transformar essas diferenças em barreiras para a aprendizagem e para a convivência.

Nesse contexto, a gestão escolar ocupa um papel fundamental, pois é responsável por articular ações, orientar a equipe pedagógica, promover formação continuada, organizar recursos e fortalecer o diálogo entre escola e família. A inclusão não pode depender apenas da iniciativa individual de um professor ou da insistência da família, pois precisa ser assumida como compromisso coletivo da instituição escolar. Por isso, uma gestão comprometida com a inclusão deve atuar como mediadora de relações, incentivando práticas de escuta,

planejamento e corresponsabilidade entre professores, profissionais de apoio, estudantes, familiares e demais membros da comunidade escolar.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o papel da gestão escolar na construção de uma cultura inclusiva para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando a relação entre escola e família como elemento fundamental para o fortalecimento das práticas pedagógicas, do acolhimento e da participação efetiva desses estudantes no ambiente escolar. Como objetivos específicos, busca-se compreender como a gestão escolar pode favorecer a articulação entre escola e família no processo de inclusão de estudantes com TEA, identificar os principais desafios enfrentados pela escola e pelas famílias na construção de práticas inclusivas e refletir sobre estratégias de gestão escolar que contribuam para o fortalecimento de uma cultura inclusiva, acolhedora e participativa no contexto educacional.

A justificativa para a escolha desse tema está relacionada à necessidade de ampliar o debate sobre a inclusão escolar de estudantes com TEA a partir de uma perspectiva que considere não apenas o trabalho docente, mas também o papel da gestão escolar e da família nesse processo. Muitas escolas ainda enfrentam dificuldades para garantir práticas inclusivas consistentes, seja pela falta de formação dos profissionais, pela ausência de recursos adequados, pela fragilidade do diálogo com as famílias ou pela permanência de barreiras atitudinais. Assim, estudar esse tema torna-se relevante porque contribui para pensar caminhos que fortaleçam uma escola mais acolhedora, participativa e comprometida com o direito de todos à educação.

A metodologia adotada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Para sua realização, foram analisados livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos legais e publicações acadêmicas relacionadas à inclusão escolar, ao Transtorno do Espectro Autista, à gestão escolar e à relação entre escola e família. A pesquisa bibliográfica possibilitou reunir diferentes contribuições teóricas sobre o tema, permitindo uma análise mais ampla e fundamentada da problemática investigada. Foram considerados materiais encontrados em bases como Google Acadêmico, SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e documentos oficiais brasileiros sobre educação inclusiva.

Diante desse cenário, a pesquisa parte do seguinte problema: De que forma a gestão escolar pode fortalecer a relação entre escola e família para construir uma cultura inclusiva que favoreça o acolhimento, a participação e o desenvolvimento educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Inclusão Escolar e Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista precisa ser compreendida como um compromisso ético, pedagógico e social da escola, e não apenas como uma exigência legal. A presença do estudante com TEA no ensino regular representa um avanço importante na garantia do direito à educação, mas também revela desafios que precisam ser enfrentados cotidianamente pela comunidade escolar. De acordo com Nunes et al. (2013), embora a presença de estudantes com autismo nas

escolas comuns tenha aumentado no Brasil, ainda persistem dificuldades relacionadas ao desconhecimento sobre o transtorno e à carência de estratégias pedagógicas específicas para favorecer a aprendizagem desses alunos. Essa realidade demonstra que incluir não significa apenas matricular, mas criar condições reais para que o estudante participe, aprenda, conviva e seja respeitado em sua singularidade.

O Transtorno do Espectro Autista envolve diferentes formas de comunicação, interação social, comportamento e processamento sensorial, o que exige da escola um olhar atento às particularidades de cada estudante. Não há uma única forma de ser autista, assim como não há uma única maneira de aprender. De acordo com a Lei nº 12.764/2012, a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, sendo assegurados seus direitos à dignidade, à inclusão social, ao atendimento multiprofissional e ao acesso à educação. Esse reconhecimento legal fortalece a responsabilidade da escola em garantir práticas inclusivas que não reduzam o estudante ao diagnóstico, mas reconheçam suas potencialidades, seus modos próprios de expressão e suas necessidades de apoio.

A educação inclusiva exige uma mudança profunda na forma como a escola compreende a diferença. Durante muito tempo, muitos estudantes com deficiência ou transtornos do desenvolvimento foram vistos a partir de suas limitações, como se precisassem se adaptar sozinhos a uma escola rígida e pouco flexível. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a inclusão constitui uma ação política, cultural, social e pedagógica voltada à defesa do direito de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando sem

discriminação. Nesse sentido, a escola precisa deixar de perguntar apenas o que o estudante “não consegue fazer” e passar a refletir sobre quais barreiras precisam ser removidas para que ele possa se desenvolver com dignidade.

Quando se trata de estudantes com TEA, as barreiras escolares podem aparecer de muitas formas: na ausência de planejamento adaptado, na falta de formação dos professores, na rigidez da rotina, na pouca comunicação com a família, na ausência de recursos visuais, na intolerância às diferenças comportamentais e até nas atitudes preconceituosas de colegas ou profissionais. De acordo com Nunes et al. (2013), a carência de estratégias pedagógicas específicas pode limitar os efeitos da inclusão sobre a aprendizagem dos estudantes com autismo. Por isso, é necessário compreender que a inclusão não acontece espontaneamente, pois ela depende de intencionalidade pedagógica, organização institucional, escuta sensível e compromisso coletivo.

A Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, também contribui para esse debate ao afirmar que a pessoa com deficiência tem direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, com garantia de aprendizado ao longo da vida. De acordo com Brasil (2015), a inclusão deve assegurar o desenvolvimento máximo possível dos talentos, das habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais da pessoa com deficiência, considerando suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. No contexto do TEA, isso significa pensar em práticas pedagógicas que respeitem o tempo do estudante, favoreçam sua comunicação, organizem melhor os espaços e ampliem suas possibilidades de participação.

A inclusão de estudantes com TEA também precisa ser analisada sob a perspectiva da convivência. A escola é um espaço de aprendizagem acadêmica, mas também de construção de vínculos, afetos, pertencimento e socialização. De acordo com Cabral et al. (2021), a infância com TEA pode trazer desafios para os principais ambientes de desenvolvimento da criança, especialmente a família e a escola, sobretudo quando se trata das necessidades inclusivas de socialização e aprendizagem. Assim, o ambiente escolar deve ser pensado como um lugar onde o estudante não apenas recebe conteúdos, mas participa da vida coletiva, estabelece relações, expressa seus interesses e é reconhecido como sujeito de direitos.

Nesse processo, o professor tem papel fundamental, mas não pode ser responsabilizado sozinho pela inclusão. A prática pedagógica inclusiva exige apoio da gestão, diálogo com a família, atuação do Atendimento Educacional Especializado, adequação de materiais, planejamento colaborativo e acompanhamento contínuo. De acordo com a BNCC, a educação brasileira deve estar orientada para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Essa orientação reforça que a inclusão de estudantes com TEA não pode ser vista como uma ação paralela ao currículo, mas como parte do próprio compromisso da escola com a formação de todos.

Portanto, discutir a inclusão escolar e o TEA é reconhecer que a escola precisa se reconstruir a partir da diversidade humana. O estudante com TEA não deve ser visto como alguém que “dificulta” a rotina escolar, mas como alguém que convida a instituição a ampliar suas formas de ensinar, acolher, avaliar e conviver. De acordo com Cabral et al. (2021), a relação entre família, escola e criança com TEA envolve preocupações, dificuldades, conquistas e perspectivas

futuras, mostrando que a inclusão é um processo em permanente construção. Assim, a escola inclusiva não é aquela que tem todas as respostas prontas, mas aquela que se dispõe a aprender, adaptar-se e caminhar junto com cada estudante.

2.2. A Relação Entre Escola e Família no Processo de Inclusão

A relação entre escola e família é um dos pilares fundamentais para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, pois a criança ou adolescente não vive sua experiência escolar de forma isolada. O que acontece em casa repercute na escola, assim como o que acontece na escola atravessa a vida familiar. De acordo com Cabral et al. (2021), a relação família-escola no contexto do TEA envolve tanto desafios quanto possibilidades, pois mães, pais e professoras compartilham preocupações, dificuldades e conquistas no processo de inclusão. Essa constatação evidencia que a parceria entre família e escola precisa ser construída com diálogo, confiança e corresponsabilidade.

A família, muitas vezes, é quem conhece com maior profundidade as formas de comunicação, os interesses, as sensibilidades, as crises, as preferências e as necessidades específicas do estudante com TEA. Esse conhecimento não substitui o saber pedagógico da escola, mas o complementa de maneira essencial. De acordo com Santos et al. (2022), conhecer as características da criança com TEA é indispensável para uma atuação mais assertiva, tanto no campo pedagógico quanto no acompanhamento cotidiano. Dessa forma, quando a escola escuta a família, ela amplia sua capacidade de planejar intervenções mais adequadas e humanizadas, evitando práticas genéricas que pouco dialogam com a realidade do estudante.

Entretanto, a relação entre escola e família nem sempre acontece de forma tranquila. Em muitos contextos, as famílias relatam sentimentos de insegurança, desgaste e solidão diante das dificuldades de inclusão dos filhos. Por outro lado, professores e gestores também podem sentir falta de preparo, de apoio institucional e de orientações mais claras para lidar com as demandas do TEA. De acordo com Cabral et al. (2021), a análise da relação família-escola revelou preocupações, dificuldades, conquistas e expectativas futuras no processo inclusivo. Isso mostra que a parceria não deve ser idealizada, mas cuidadosamente construída por meio de práticas permanentes de comunicação e acolhimento.

Uma escola inclusiva precisa compreender que a família não deve ser chamada apenas quando surge um problema. Muitas vezes, a comunicação escolar ainda se limita a informar dificuldades, comportamentos considerados inadequados ou solicitações emergenciais. De acordo com Savioli et al. (2024), o envolvimento ativo das famílias contribui para a personalização do ensino e para a criação de ambientes escolares mais inclusivos. Assim, é necessário que a escola convide a família também para celebrar avanços, compartilhar descobertas, planejar estratégias e fortalecer vínculos de confiança. A comunicação precisa deixar de ser somente corretiva e passar a ser formativa, afetiva e colaborativa.

No caso de estudantes com TEA, pequenas informações compartilhadas pela família podem fazer grande diferença no cotidiano escolar. Saber quais estímulos causam desconforto, quais recursos favorecem a atenção, quais formas de comunicação são mais eficazes e quais situações provocam ansiedade pode ajudar a escola a prevenir barreiras e organizar melhor sua rotina. De acordo

com Cabral et al. (2021), família e escola são ambientes centrais de desenvolvimento infantil, especialmente quando se trata das necessidades de aprendizagem e socialização de crianças com TEA. Por isso, a troca de informações entre esses espaços deve ser contínua, respeitosa e orientada ao bem-estar do estudante.

A construção dessa parceria também exige que a escola reconheça a família como sujeito ativo no processo educativo, e não como mera receptora de orientações. A família não deve ocupar um lugar passivo, apenas ouvindo decisões prontas tomadas pela instituição. De acordo com a Lei nº 12.764/2012, uma das diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA é a participação da comunidade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas voltadas a esse público. Essa diretriz reforça a importância de envolver as famílias nas decisões escolares, especialmente na construção de estratégias de apoio, adaptação e acompanhamento do estudante.

Além disso, a relação escola-família deve ser orientada por uma postura ética, sem culpabilizações. Em alguns casos, a família pode ser vista pela escola como ausente ou resistente, enquanto a escola pode ser percebida pela família como despreparada ou pouco sensível. Essas tensões precisam ser mediadas pela gestão escolar, para que o diálogo não se transforme em acusação. De acordo com Santos et al. (2022), a inclusão de crianças com TEA deve ser discutida conjuntamente entre escola e família, pois compreender o diagnóstico e as características da criança ajuda a traçar estratégias mais adequadas ao seu desenvolvimento. Dessa maneira, a parceria se fortalece quando ambos os lados se reconhecem como corresponsáveis.

A colaboração entre escola e família também favorece a continuidade das ações educativas. Quando há alinhamento entre os dois contextos, o estudante encontra maior previsibilidade, segurança e coerência nas intervenções. De acordo com Savioli et al. (2024), a colaboração familiar facilita a implementação de práticas pedagógicas mais adequadas às necessidades individuais dos alunos com TEA. Isso não significa transferir para a família a responsabilidade da escola, mas construir uma rede de apoio em que cada parte contribui com aquilo que lhe cabe. A inclusão se torna mais possível quando o estudante percebe que os adultos ao seu redor dialogam, se respeitam e caminham em uma mesma direção.

Portanto, a relação entre escola e família no processo de inclusão de estudantes com TEA deve ser entendida como uma prática permanente de escuta, cuidado e construção coletiva. Não basta realizar reuniões formais ou registrar atendimentos em documentos institucionais. É necessário criar uma cultura de aproximação, na qual a família se sinta acolhida e a escola se sinta apoiada para desenvolver práticas mais sensíveis. De acordo com Cabral et al. (2021), a inclusão envolve percepções de pais e professoras, revelando que ambos possuem contribuições importantes para compreender os desafios e as possibilidades do estudante. Assim, quando escola e família caminham juntas, a inclusão deixa de ser um discurso distante e passa a se tornar uma experiência concreta de pertencimento.

2.3. O Papel da Gestão Escolar na Construção de Uma Cultura Inclusiva

A gestão escolar exerce papel decisivo na construção de uma cultura inclusiva, pois é responsável por organizar as condições institucionais que tornam a inclusão possível no cotidiano. Embora o professor esteja diretamente envolvido com o estudante em sala de aula, é a gestão que articula pessoas, tempos, espaços, recursos, planejamentos e relações. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a inclusão exige a transformação dos sistemas de ensino para garantir acesso, participação e aprendizagem aos estudantes público-alvo da educação especial. Dessa forma, a gestão escolar precisa atuar não apenas como administração burocrática, mas como liderança pedagógica comprometida com a justiça educacional.

Construir uma cultura inclusiva significa fazer com que a inclusão deixe de depender da boa vontade individual de alguns profissionais e passe a fazer parte da identidade da escola. Para isso, a gestão precisa promover espaços de diálogo, formação continuada, planejamento coletivo e avaliação das práticas desenvolvidas. De acordo com Lopes (2025), a gestão escolar pode promover um ambiente mais acolhedor e eficaz para estudantes com TEA ao apoiar a capacitação de professores e a implementação de políticas inclusivas. Essa perspectiva reforça que a inclusão não se sustenta apenas em discursos, mas em decisões concretas tomadas pela equipe gestora.

A gestão escolar também tem a responsabilidade de combater barreiras atitudinais, que muitas vezes são mais difíceis de perceber do que as barreiras físicas. Comentários preconceituosos, baixa expectativa sobre a aprendizagem do estudante com TEA, resistência a adaptações pedagógicas e isolamento do aluno em atividades escolares são exemplos de práticas que fragilizam a

inclusão. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, cabe ao poder público, à família, à comunidade escolar e à sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, protegendo-a de toda forma de negligência, discriminação e violência. No contexto escolar, isso exige uma gestão atenta, capaz de promover respeito, sensibilização e responsabilização coletiva.

Outro aspecto essencial da gestão inclusiva é o apoio ao professor. Muitos docentes desejam incluir, mas relatam insegurança diante das especificidades do TEA, especialmente quando não recebem formação adequada ou apoio institucional. De acordo com Nunes et al. (2013), o desconhecimento sobre o autismo e a falta de estratégias pedagógicas específicas podem comprometer os efeitos da inclusão na aprendizagem. Diante disso, a gestão escolar precisa criar condições para que o professor não se sinta sozinho, promovendo momentos de estudo, troca de experiências, construção de planos de apoio e articulação com o Atendimento Educacional Especializado.

A formação continuada deve ocupar lugar central na ação da gestão escolar. Não se trata apenas de oferecer palestras pontuais, mas de construir processos permanentes de reflexão sobre a prática. A inclusão de estudantes com TEA demanda conhecimento sobre comunicação alternativa, recursos visuais, organização de rotina, flexibilização curricular, avaliação inclusiva, manejo de comportamentos, sensibilidades sensoriais e estratégias de socialização. De acordo com Lopes (2025), a capacitação de professores e a implementação de práticas inclusivas são elementos importantes para tornar o ambiente escolar mais acolhedor para estudantes com TEA. Assim, a gestão precisa transformar a formação em parte da cultura escolar, e não em uma ação eventual.

A gestão também atua como ponte entre a escola e a família, sendo responsável por criar canais de comunicação respeitosos e efetivos. No caso dos estudantes com TEA, essa mediação é ainda mais importante, pois família e escola precisam compartilhar informações e alinhar estratégias. De acordo com Cabral et al. (2021), a relação entre família e escola no contexto da inclusão de crianças com TEA revela dificuldades, conquistas e expectativas que precisam ser consideradas no processo educativo. Nesse sentido, a gestão escolar deve garantir que a família seja ouvida, acolhida e envolvida nas decisões, evitando que a comunicação aconteça apenas em situações de conflito.

Além da articulação com a família, a gestão escolar deve organizar o trabalho colaborativo entre os profissionais da instituição. A inclusão não pode ficar restrita ao professor regente ou ao profissional de apoio, quando houver. Ela precisa envolver coordenação pedagógica, direção, professores, equipe de apoio, Atendimento Educacional Especializado e demais funcionários. De acordo com a BNCC, a educação deve contribuir para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva. Essa orientação exige que toda a escola participe da construção de ambientes mais acessíveis, respeitosos e acolhedores, nos quais o estudante com TEA seja reconhecido como parte legítima da comunidade escolar.

A cultura inclusiva também depende da organização do Projeto Político-Pedagógico da escola. O PPP deve expressar o compromisso institucional com a inclusão, prevendo ações, responsabilidades, formas de acompanhamento, estratégias de formação e mecanismos de participação da família. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva, os sistemas de ensino devem assegurar condições para a continuidade da escolarização, o atendimento educacional especializado e a participação dos estudantes nas atividades escolares. Assim, quando a inclusão aparece no PPP de forma clara e concreta, ela deixa de ser improviso e passa a orientar o planejamento da escola.

Por fim, o papel da gestão escolar na construção de uma cultura inclusiva para estudantes com TEA envolve liderança, escuta, planejamento e sensibilidade. Uma gestão inclusiva não é aquela que apenas cumpre normas, mas aquela que compreende que cada estudante tem direito a existir na escola com dignidade, pertencimento e possibilidades reais de aprendizagem. De acordo com Cabral et al. (2021), família e escola são ambientes fundamentais para o desenvolvimento da criança com TEA, especialmente no que se refere à socialização e à aprendizagem. Dessa forma, cabe à gestão fortalecer a ponte entre esses dois espaços, mobilizando a comunidade escolar para que a inclusão seja vivida como compromisso coletivo, humano e permanente.1. Inclusão escolar e Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista precisa ser compreendida como um compromisso ético, pedagógico e social da escola, e não apenas como uma exigência legal. A presença do estudante com TEA no ensino regular representa um avanço importante na garantia do direito à educação, mas também revela desafios que precisam ser enfrentados cotidianamente pela comunidade escolar. De acordo com Nunes et al. (2013), embora a presença de estudantes com autismo nas escolas comuns tenha aumentado no Brasil, ainda persistem dificuldades relacionadas ao desconhecimento sobre o transtorno e

à carência de estratégias pedagógicas específicas para favorecer a aprendizagem desses alunos. Essa realidade demonstra que incluir não significa apenas matricular, mas criar condições reais para que o estudante participe, aprenda, conviva e seja respeitado em sua singularidade.

O Transtorno do Espectro Autista envolve diferentes formas de comunicação, interação social, comportamento e processamento sensorial, o que exige da escola um olhar atento às particularidades de cada estudante. Não há uma única forma de ser autista, assim como não há uma única maneira de aprender. De acordo com a Lei nº 12.764/2012, a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, sendo assegurados seus direitos à dignidade, à inclusão social, ao atendimento multiprofissional e ao acesso à educação. Esse reconhecimento legal fortalece a responsabilidade da escola em garantir práticas inclusivas que não reduzam o estudante ao diagnóstico, mas reconheçam suas potencialidades, seus modos próprios de expressão e suas necessidades de apoio.

A educação inclusiva exige uma mudança profunda na forma como a escola compreende a diferença. Durante muito tempo, muitos estudantes com deficiência ou transtornos do desenvolvimento foram vistos a partir de suas limitações, como se precisassem se adaptar sozinhos a uma escola rígida e pouco flexível. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a inclusão constitui uma ação política, cultural, social e pedagógica voltada à defesa do direito de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando sem discriminação. Nesse sentido, a escola precisa deixar de perguntar apenas o que o estudante “não consegue fazer” e passar a refletir

sobre quais barreiras precisam ser removidas para que ele possa se desenvolver com dignidade.

Quando se trata de estudantes com TEA, as barreiras escolares podem aparecer de muitas formas: na ausência de planejamento adaptado, na falta de formação dos professores, na rigidez da rotina, na pouca comunicação com a família, na ausência de recursos visuais, na intolerância às diferenças comportamentais e até nas atitudes preconceituosas de colegas ou profissionais. De acordo com Nunes et al. (2013), a carência de estratégias pedagógicas específicas pode limitar os efeitos da inclusão sobre a aprendizagem dos estudantes com autismo. Por isso, é necessário compreender que a inclusão não acontece espontaneamente, pois ela depende de intencionalidade pedagógica, organização institucional, escuta sensível e compromisso coletivo.

A Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, também contribui para esse debate ao afirmar que a pessoa com deficiência tem direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, com garantia de aprendizado ao longo da vida. De acordo com Brasil (2015), a inclusão deve assegurar o desenvolvimento máximo possível dos talentos, das habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais da pessoa com deficiência, considerando suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. No contexto do TEA, isso significa pensar em práticas pedagógicas que respeitem o tempo do estudante, favoreçam sua comunicação, organizem melhor os espaços e ampliem suas possibilidades de participação.

A inclusão de estudantes com TEA também precisa ser analisada sob a perspectiva da convivência. A escola é um espaço de aprendizagem acadêmica, mas também de construção de vínculos,

afetos, pertencimento e socialização. De acordo com Cabral et al. (2021), a infância com TEA pode trazer desafios para os principais ambientes de desenvolvimento da criança, especialmente a família e a escola, sobretudo quando se trata das necessidades inclusivas de socialização e aprendizagem. Assim, o ambiente escolar deve ser pensado como um lugar onde o estudante não apenas recebe conteúdos, mas participa da vida coletiva, estabelece relações, expressa seus interesses e é reconhecido como sujeito de direitos.

Nesse processo, o professor tem papel fundamental, mas não pode ser responsabilizado sozinho pela inclusão. A prática pedagógica inclusiva exige apoio da gestão, diálogo com a família, atuação do Atendimento Educacional Especializado, adequação de materiais, planejamento colaborativo e acompanhamento contínuo. De acordo com a BNCC, a educação brasileira deve estar orientada para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Essa orientação reforça que a inclusão de estudantes com TEA não pode ser vista como uma ação paralela ao currículo, mas como parte do próprio compromisso da escola com a formação de todos.

Portanto, discutir a inclusão escolar e o TEA é reconhecer que a escola precisa se reconstruir a partir da diversidade humana. O estudante com TEA não deve ser visto como alguém que “dificulta” a rotina escolar, mas como alguém que convida a instituição a ampliar suas formas de ensinar, acolher, avaliar e conviver. De acordo com Cabral et al. (2021), a relação entre família, escola e criança com TEA envolve preocupações, dificuldades, conquistas e perspectivas futuras, mostrando que a inclusão é um processo em permanente construção. Assim, a escola inclusiva não é aquela que tem todas as

respostas prontas, mas aquela que se dispõe a aprender, adaptar-se e caminhar junto com cada estudante.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, tendo como finalidade compreender o papel da gestão escolar na construção de uma cultura inclusiva para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando a relação entre escola e família como elemento essencial para o fortalecimento das práticas inclusivas. A escolha por esse tipo de pesquisa se justifica pela possibilidade de reunir, analisar e interpretar produções científicas já publicadas sobre o tema, permitindo uma compreensão mais ampla e fundamentada da problemática investigada. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é relevante porque permite ao pesquisador entrar em contato com conhecimentos já produzidos, oferecendo base teórica consistente para a análise do objeto de estudo.

Para a realização do levantamento bibliográfico, foram utilizadas plataformas de busca acadêmica e bases de dados científicas reconhecidas pela relevância na área da Educação, como Google Acadêmico, SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Também foram consultados documentos legais e normativos relacionados à educação inclusiva, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Base

Nacional Comum Curricular (BNCC). Essas fontes contribuíram para compreender tanto os fundamentos teóricos quanto os marcos legais que orientam a inclusão escolar de estudantes com TEA.

Os descritores utilizados nas buscas foram definidos a partir dos principais eixos do estudo, com o objetivo de localizar materiais diretamente relacionados ao tema investigado. Entre os descritores empregados, destacam-se: “gestão escolar”, “inclusão escolar”, “Transtorno do Espectro Autista”, “TEA e escola”, “relação escola e família”, “cultura inclusiva”, “educação inclusiva”, “família e autismo” e “práticas pedagógicas inclusivas”. Também foram realizadas combinações entre esses termos, como “gestão escolar e inclusão de estudantes com TEA”, “família e escola no processo de inclusão” e “cultura inclusiva e Transtorno do Espectro Autista”, a fim de refinar os resultados e selecionar produções mais próximas dos objetivos da pesquisa.

Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos, livros, capítulos de livros, dissertações, teses e documentos oficiais publicados preferencialmente entre os anos de 2019 e 2025, em língua portuguesa, com foco na educação inclusiva, na gestão escolar, na relação escola-família e no atendimento educacional de estudantes com TEA. Também foram incluídas produções clássicas e documentos legais anteriores a esse período, quando considerados fundamentais para a fundamentação teórica e normativa da pesquisa. Foram priorizados estudos brasileiros, por estarem mais próximos da realidade educacional analisada e das políticas públicas nacionais voltadas à inclusão.

Como critérios de exclusão, foram descartados materiais que não apresentavam relação direta com o tema proposto, textos sem

autoria identificada, publicações duplicadas, estudos com acesso incompleto, produções sem fundamentação científica, materiais exclusivamente opinativos e trabalhos que abordavam o TEA fora do contexto escolar. Também foram excluídos estudos que tratavam da inclusão de maneira muito ampla, sem estabelecer relação com a gestão escolar, a participação da família ou a construção de uma cultura inclusiva. Esse processo de seleção permitiu maior coerência entre os materiais analisados e os objetivos definidos para a pesquisa.

Após a seleção dos materiais, foi realizada uma leitura exploratória, seguida de leitura seletiva e interpretativa. Na leitura exploratória, buscou-se identificar os textos que apresentavam aproximação com o tema. Na leitura seletiva, foram escolhidos os materiais que dialogavam diretamente com os objetivos da pesquisa. Já na leitura interpretativa, os conteúdos foram analisados de forma crítica, buscando compreender como os autores discutem a inclusão de estudantes com TEA, a participação da família e o papel da gestão escolar nesse processo. Essa etapa permitiu organizar os principais argumentos teóricos em torno dos eixos que estruturam o trabalho.

A análise dos dados bibliográficos ocorreu por meio da organização temática das informações encontradas. Assim, os conteúdos foram agrupados em categorias relacionadas aos objetivos específicos da pesquisa, como: inclusão escolar e TEA, relação entre escola e família, desafios da inclusão, atuação da gestão escolar e construção de cultura inclusiva. Esse procedimento possibilitou uma leitura mais cuidadosa do material selecionado, permitindo relacionar diferentes autores, documentos legais e perspectivas teóricas. Dessa forma, a metodologia adotada contribuiu para construir uma base sólida de discussão, favorecendo uma análise humanizada, crítica e

comprometida com a defesa de uma escola mais acolhedora, participativa e inclusiva para estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa bibliográfica realizada permitiu compreender que a construção de uma cultura inclusiva para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) depende de uma atuação coletiva, na qual a gestão escolar, a família, os professores e demais profissionais da escola precisam caminhar de forma articulada. Os estudos analisados apontam que a inclusão não pode ser compreendida apenas como o acesso do estudante à matrícula no ensino regular, mas como um processo contínuo de acolhimento, participação, aprendizagem e pertencimento. De acordo com Nunes et al. (2013), a presença de estudantes com autismo nas escolas comuns cresceu no Brasil, mas ainda existem desafios relacionados à formação docente, às práticas pedagógicas e à organização institucional. Esse resultado revela que o direito à escola precisa ser acompanhado por condições reais de permanência e desenvolvimento.

Um dos principais resultados encontrados foi a importância da gestão escolar como eixo articulador das práticas inclusivas. A gestão não atua somente na dimensão administrativa, mas também na mediação das relações, na organização dos recursos, no apoio aos professores e na aproximação entre escola e família. De acordo com Lopes (2025), a gestão escolar tem papel essencial na construção de ambientes mais acolhedores para estudantes com TEA, especialmente quando promove formação continuada e incentiva práticas pedagógicas inclusivas. Assim, observa-se que uma cultura

inclusiva não nasce de ações isoladas, mas de decisões institucionais que envolvem planejamento, escuta e compromisso coletivo.

Outro resultado relevante diz respeito à relação entre escola e família. A literatura analisada mostra que a família possui um conhecimento singular sobre o estudante com TEA, pois acompanha suas necessidades, formas de comunicação, sensibilidades, interesses e dificuldades no cotidiano. De acordo com Cabral et al. (2021), a relação família-escola-criança com TEA envolve preocupações, desafios, conquistas e expectativas, o que demonstra a necessidade de diálogo permanente entre esses dois espaços. Nesse sentido, a escola precisa reconhecer a família como parceira do processo educativo, e não apenas como alguém chamado quando surgem problemas disciplinares ou dificuldades de aprendizagem.

A análise também indicou que muitos desafios ainda dificultam a inclusão de estudantes com TEA no contexto escolar. Entre eles, destacam-se a falta de formação específica dos professores, a ausência de materiais adaptados, a dificuldade de comunicação entre escola e família, a fragilidade do planejamento pedagógico e a presença de barreiras atitudinais. De acordo com Santos et al. (2022), compreender as características da criança com TEA é fundamental para que a escola e a família possam construir estratégias mais adequadas ao seu desenvolvimento. Dessa maneira, a inclusão exige conhecimento, sensibilidade e disposição para adaptar práticas, tempos e espaços escolares.

A discussão dos resultados evidencia que a formação continuada dos profissionais da escola é uma necessidade urgente. Não basta exigir que o professor inclua se ele não recebe apoio, orientação e

condições adequadas para desenvolver seu trabalho. De acordo com Nunes et al. (2013), o desconhecimento sobre o autismo e a carência de estratégias pedagógicas específicas podem limitar os efeitos da inclusão sobre a aprendizagem. Por isso, a gestão escolar precisa promover momentos de estudo, troca de experiências, planejamento coletivo e acompanhamento das práticas desenvolvidas em sala de aula. A inclusão se fortalece quando o professor deixa de se sentir sozinho e passa a contar com uma rede de apoio institucional.

Outro aspecto identificado foi que a cultura inclusiva depende de mudanças na própria forma como a escola compreende a diferença. A inclusão de estudantes com TEA não deve ser vista como favor, concessão ou responsabilidade exclusiva da educação especial, mas como parte do direito de todos à educação. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência tem direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, com garantia de aprendizagem ao longo da vida. Esse princípio reforça que a escola precisa remover barreiras, promover acessibilidade e assegurar condições para que cada estudante participe de forma digna e significativa.

Os resultados também apontam que a participação da família favorece a continuidade das ações pedagógicas e amplia as possibilidades de desenvolvimento do estudante com TEA. Quando escola e família dialogam, torna-se mais fácil identificar estratégias que funcionam, prevenir situações de sofrimento, compreender comportamentos e valorizar avanços. De acordo com Savioli et al. (2024), o envolvimento ativo das famílias contribui para a personalização do ensino e para a construção de ambientes escolares mais inclusivos. Isso mostra que a parceria entre escola e

família não deve ser eventual, mas contínua, respeitosa e orientada pelo bem-estar do estudante.

A pesquisa também revelou que documentos legais e normativos brasileiros sustentam a necessidade de uma educação inclusiva. A Lei nº 12.764/2012 reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, assegurando seus direitos ao acesso à educação e à inclusão social. Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva defende a participação e aprendizagem de todos os estudantes no ensino regular. Esses documentos fortalecem a responsabilidade da gestão escolar em transformar a inclusão em prática concreta, superando ações improvisadas e construindo políticas internas mais consistentes.

Dessa forma, os resultados permitem afirmar que o papel da gestão escolar é central na construção de uma cultura inclusiva para estudantes com TEA, principalmente porque a gestão tem condições de integrar os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo. A inclusão não depende apenas da boa vontade de um professor ou da insistência de uma família, mas de uma escola inteira comprometida com o acolhimento, a escuta e a aprendizagem. Assim, a gestão precisa favorecer uma cultura em que o estudante com TEA seja reconhecido como sujeito de direitos, com potencialidades, necessidades e formas próprias de participar da vida escolar.

Tabela 1. Principais resultados da pesquisa bibliográfica

Principais resultados encontrados	Discussão dos resultados
--	---------------------------------

<p>A inclusão escolar de estudantes com TEA ainda enfrenta desafios no cotidiano das escolas.</p>	<p>Embora o acesso ao ensino regular tenha avançado, ainda existem dificuldades relacionadas à formação docente, à adaptação de práticas pedagógicas e à organização da escola para acolher as singularidades dos estudantes com TEA.</p>
<p>A gestão escolar possui papel central na construção de uma cultura inclusiva.</p>	<p>A gestão atua como articuladora das ações inclusivas, promovendo formação, diálogo, planejamento coletivo, apoio aos professores e aproximação com as famílias.</p>
<p>A relação entre escola e família é essencial para o processo de inclusão.</p>	<p>A família conhece aspectos importantes da rotina, da comunicação e das necessidades do estudante com TEA, contribuindo para que a escola planeje estratégias mais adequadas.</p>
<p>A formação continuada dos professores é uma necessidade permanente.</p>	<p>Os estudos apontam que muitos docentes ainda se sentem inseguros diante das demandas do TEA, o que reforça a importância de formações práticas, reflexivas e contínuas.</p>
<p>As barreiras atitudinais ainda dificultam a inclusão.</p>	<p>Preconceitos, baixa expectativa sobre a aprendizagem e resistência às adaptações pedagógicas podem comprometer a participação e o desenvolvimento dos estudantes com TEA.</p>
<p>Os documentos legais brasileiros fortalecem o direito à inclusão.</p>	<p>A Lei nº 12.764/2012, a Lei nº 13.146/2015 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva garantem respaldo legal para práticas escolares inclusivas.</p>
<p>A cultura inclusiva precisa envolver toda a comunidade escolar.</p>	<p>A inclusão não pode ser responsabilidade apenas do professor regente ou da família, mas deve envolver gestores, professores, equipe pedagógica, funcionários, estudantes e familiares.</p>

Fonte: Autores, 2026. Com base nos estudos da pesquisa

Portanto, a discussão realizada demonstra que a construção de uma cultura inclusiva entre escola e família exige planejamento, formação, diálogo e corresponsabilidade. Os autores analisados reforçam que a inclusão de estudantes com TEA é um processo que envolve desafios, mas também possibilidades de transformação da escola. Quando a gestão escolar assume uma postura democrática, sensível e articuladora, ela contribui para que a inclusão deixe de ser apenas um discurso legal e passe a ser uma experiência vivida no cotidiano. Assim, a escola torna-se mais humana, acolhedora e preparada para reconhecer a diversidade como parte essencial da educação.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu compreender que a construção de uma cultura inclusiva para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige uma atuação sensível, planejada e colaborativa entre escola, família e gestão escolar. Ao longo do estudo, foi possível perceber que a inclusão não se resume à matrícula do estudante no ensino regular, mas envolve a garantia de condições reais para sua participação, aprendizagem, socialização e pertencimento. Nesse sentido, a escola precisa reconhecer que cada estudante com TEA possui formas próprias de se comunicar, interagir, aprender e expressar suas necessidades, exigindo práticas pedagógicas mais flexíveis, acolhedoras e comprometidas com a diversidade humana.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o papel da gestão escolar na construção de uma cultura inclusiva para estudantes com TEA, considerando a relação entre escola e família como elemento fundamental para o fortalecimento das práticas inclusivas. Esse objetivo foi alcançado, pois a análise bibliográfica evidenciou que a

gestão escolar possui papel central na articulação dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Cabe à gestão promover espaços de diálogo, incentivar a formação continuada dos professores, organizar estratégias pedagógicas, fortalecer o Atendimento Educacional Especializado e criar canais permanentes de comunicação com as famílias. Assim, a inclusão deixa de ser uma ação isolada e passa a fazer parte da identidade institucional da escola.

Em relação aos objetivos específicos, constatou-se que a gestão escolar pode favorecer a articulação entre escola e família por meio de uma postura aberta à escuta, ao acolhimento e à corresponsabilidade. A família possui conhecimentos importantes sobre o estudante com TEA, especialmente sobre sua rotina, suas sensibilidades, suas formas de comunicação, seus interesses e suas dificuldades. Quando essas informações são valorizadas pela escola, torna-se possível construir práticas mais coerentes com as necessidades reais do estudante. Dessa forma, a parceria entre escola e família se apresenta como um caminho essencial para ampliar as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Também foi possível identificar que os principais desafios enfrentados pela escola e pelas famílias envolvem a falta de formação específica dos profissionais, a carência de recursos pedagógicos adaptados, as barreiras atitudinais, a dificuldade de comunicação entre os sujeitos envolvidos e a insegurança diante das especificidades do TEA. Esses desafios mostram que a inclusão ainda precisa ser fortalecida na prática cotidiana das instituições escolares. No entanto, a pesquisa também revelou que tais dificuldades podem ser enfrentadas quando há planejamento, apoio

institucional, formação continuada, diálogo com as famílias e compromisso coletivo com o direito de aprender.

Por fim, conclui-se que a gestão escolar é uma peça fundamental na construção de uma escola mais inclusiva, democrática e humanizada. Sua atuação deve ultrapassar os aspectos burocráticos e administrativos, assumindo uma dimensão pedagógica, ética e social. Uma gestão comprometida com a inclusão compreende que o estudante com TEA não deve ser visto a partir de suas limitações, mas a partir de suas possibilidades, potencialidades e direitos. Portanto, construir uma cultura inclusiva entre a escola e a família significa transformar o cotidiano escolar em um espaço de pertencimento, respeito e cuidado, no qual cada estudante seja reconhecido em sua singularidade e tenha condições reais de se desenvolver plenamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

CABRAL, Cristiane Soares; FALCKE, Denise; MARIN, Angela Helena. Relação família-escola-criança com Transtorno do Espectro Autista: percepção de pais e professoras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 27, e0156, p. 493-508, 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LOPES, Gabriela. *Gestão escolar e inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista*. Ação e Reflexão, 2025.

NUNES, Débora Regina de Paula; AZEVEDO, Mariana Queiroz Orrico de; SCHMIDT, Carlo. Inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil: uma revisão da literatura. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 26, n. 47, p. 557-572, 2013.

SANTOS, R. C. et al. O papel da família durante o processo de inclusão escolar de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista. *Revista de Casos e Consultoria*, v. 13, n. 1, e30413, 2022.

SAVIOLI, A. et al. Inclusão escolar e autismo: a importância da colaboração familiar para o suporte aos alunos autistas. *Lumen et Virtus*, São José dos Pinhais, v. 15, n. 39, p. 3305-3314, 2024.

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção (UAA). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção (UAA). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o](#)

³ Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção (UAA). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Doutoranda em Educação pela Universidade: World University Ecumenical. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)